

“A SERENÍSSIMA REPÚBLICA”: UMA EDIÇÃO

José Américo Miranda
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Gilson Santos
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

João Vítor Freitas
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo: Este texto aborda certos pontos do processo editorial de “A Sereníssima República”, que Machado de Assis publicou em *Papéis avulsos*, em 1882. Foi apresentada uma breve história do texto, assim como o procedimento de escolha do texto-base. Em seguida, as variantes encontradas no cotejo entre o texto-base e as demais edições foram divididas em três categorias: as atribuídas ao próprio autor, verossimilmente com intenção de aprimorar o texto; as claramente resultantes de erros tipográficos; e, por fim, um caso de correção do texto por aqueles que o editaram após a morte do autor (correção para a qual apresentamos uma solução divergente da tradição) e um caso de difícil interpretação, que comporta duas soluções alternativas – caso que foi discutido e para o qual justificamos a solução adotada.

Palavras-chave: Ecdótica, Machado de Assis, A Sereníssima República.

I

“A Sereníssima República” é um texto que Machado de Assis incluiu em *Papéis avulsos*, obra publicada em outubro de 1882. Ao final do volume, o autor registrou em nota que esse escrito, antes de aparecer em livro, foi publicado na *Gazeta de Notícias*. (ASSIS, 1882, p. 300, nota E) A obra veio a público pela Livraria Lombaerts.

Na *Gazeta de Notícias*, “A Sereníssima República” apareceu em 20 de agosto de 1882, no Folhetim, ao pé da primeira página. J. Galante de Sousa informa que o texto foi transcrito na *Gazeta de Notícias*, edição semanal, do dia 22 do mesmo mês. (GALANTE, 1955, p. 534) Dessas duas publicações, só tivemos acesso à primeira.

O livro não teve outras edições em vida do autor. John Gledson, devido à importância da obra no percurso literário de Machado de Assis, indaga: “Seria estranho demais para agradar a muitos leitores?” (GLEDSON, 2011, p. 9) Esta obra não parece ter sido a única que não teve segunda edição em vida do autor; há outras: o livro *Histórias da meia-noite* (1873) também não foi republicado enquanto viveu o autor – Galante de Sousa julga ser de 1917 a segunda edição dele (GALANTE, 1955, p. 59); e mesmo *Histórias sem data* (1884), que traz a indicação de ser uma “nova edição revista” (não se sabe por quem), só teve segunda edição em 1909 – sua terceira edição, de 1924, traz a mesma informação, de que se trata de “nova edição revista”. *Papéis avulsos*, entretanto, é, de fato, uma obra singular. O conjunto heteróclito dos textos reunidos no volume obrigou o autor a fazer a seguinte “Advertência”, que o abre:

Este título de *Papéis avulsos* parece negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder. A verdade é essa, sem ser bem essa. Avulsos são eles, mas não vieram para aqui como passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa.

[...] Direi somente, que se há aqui páginas que parecem meros contos, e outras que o não são, defendendo-me das segundas com dizer que os leitores das outras podem achar nelas algum interesse [...]. (ASSIS, 1882, página não numerada)

“A Sereníssima República” apresenta-se como uma “conferência do cônego Vargas”; o texto traz essas palavras, entre parênteses, por subtítulo.

Depois da morte de Machado de Assis, em 1908, a Livraria Garnier imprimiu duas edições de *Papéis avulsos*: uma em 1920 (o que se infere do colofão: “Abbeville. – Imprimerie F. Paillart – 9-20”), que seria a segunda, e outra sem data (com o seguinte colofão: “Tip. Garnier Irmãos (Levé-R.)”), provavelmente a terceira. O escritor tinha vendido, em 16 de janeiro de 1899, “a H. Garnier a propriedade inteira e perpétua de sua obra literária”. (MACHADO, 2008, p. 144)

Em 1935 os direitos autorais das obras do escritor foram adquiridos pela editora W. M. Jackson, que, a partir de 1937 deu início ao projeto de publicação das “obras completas” de Machado de Assis, em 31 volumes. Dessas edições (e foram várias) de *Papéis avulsos*, utilizamos a de 1937 e a de 1952 (que foi revista por Ari de Mesquita). Com a entrada da obra em domínio público por despacho do presidente Juscelino

Kubitschek, em 15 de setembro de 1958, proliferaram as edições – tornando-se quase impossível a tarefa de um levantamento completo.

A editora José Aguilar, a partir de 1959, foi a que promoveu a edição mais importante, em três volumes, com organização de Afrânio Coutinho, da *Obra completa* de Machado de Assis. Das edições por essa casa editora (também foram várias), consultamos a primeira, de 1959. Consultamos, também, a de 1994, da Nova Aguilar, que serviu de base para a disponibilização dos textos machadianos em plataforma digital, pelo MEC, no *site* Domínio Público (<<http://www.dominiopublico.gov.br/>>). Além dessas duas, confrontamos, ainda, o texto-base com o da nova edição da *Obra completa em quatro volumes*, da Nova Aguilar, de 2015 (terceira edição em quatro volumes).

Das obras publicadas por Machado de Assis, *Papéis avulsos* foi das poucas que não tiveram seu texto estabelecido com rigor filológico pela Comissão Machado de Assis – criada por uma portaria do governo federal, em 19 de setembro de 1958, “com o objetivo de consolidar, e estabelecer criticamente o texto machadiano.” (CAMPOS, 2018, p. 138) O livro, entretanto, foi publicado fora das grandes séries de obras completas em pelo menos duas edições bem cuidadas, com retorno à primeira edição da obra, de 1882 (o que nem sempre foi feito nas grandes edições de obras completas): a de Adriano da Gama Kury, publicada pela editora Garnier em 1989, e a de Ivan Teixeira, publicada pela editora Martins Fontes em 2005. Além dessas duas, os doze textos que compõem *Papéis avulsos* receberam tratamento editorial cuidadoso por John Gledson, na coletânea em dois volumes intitulada *Contos: uma antologia*, publicada pela Companhia das Letras em 1998. Nessa antologia os textos vêm entremeados com outros que não pertencem a *Papéis avulsos*, além de não comparecerem na ordem em que se encontram neste livro.

II

Na preparação da edição de “A Sereníssima República”, que ora publicamos, foram cotejadas todas as edições mencionadas. O texto-base, evidentemente, foi o da primeira edição em livro (Lombaerts, 1882) – partimos do pressuposto de que a inclusão do texto num volume, depois de sua divulgação na imprensa diária (*Gazeta de Notícias*), implicou um cuidado maior do autor com o texto, tendo em vista a

durabilidade do novo veículo, e o fato de ser o livro um objeto socialmente prestigiado. A perenidade do livro contrastaria com a transitoriedade das publicações periódicas.

O texto-base de nossa edição comporta diferenças (variantes) com relação ao texto divulgado previamente em jornal. O estudo dessas variantes nos trouxe alguma surpresa.

O confronto de “A Sereníssima República”, tal como se encontra no livro, com a edição em jornal (*Gazeta de Notícias*) nos conduziu a duas constatações: uma consiste na identificação de possíveis aprimoramentos efetuados no texto pelo autor, a outra nos revela possíveis erros tipográficos ocorridos na composição do livro.

Entre as variantes que resultaram de possível intervenção autoral – que, evidentemente, conservamos em nossa edição – estão as seguintes (não discutiremos os casos que envolvem apenas a pontuação do texto, embora esses casos tenham sido registrados em notas, no rodapé do texto editado):

1a

Aristóteles responderia negativamente, **como** vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. (*Gazeta de Notícias*, § 4)

Aristóteles responderia negativamente, **com** vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. (*Papéis avulsos*, 1882, § 4)

2a

Trepidei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham contra si o existirem. (*Gazeta de Notícias*, § 9)

Hesitei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham contra si o existirem. (*Papéis avulsos*, 1882, § 9)

3a

Era um saco de cinco polegadas de altura e três de largura, tecido com os melhores **fios e obra** sólida e espessa. (*Gazeta de Notícias*, § 13)

Era um saco de cinco polegadas de altura e três de largura, tecido com os melhores **fios, obra** sólida e espessa. (*Papéis avulsos*, 1882, § 13)

4a

Este declarou que **não lembrava de** ter visto o ilustre candidato, mas acrescentou nobremente que não era impossível que ele lhe tivesse

dado o nome; neste caso não houve exclusão, mas distração. (*Gazeta de Notícias*, § 14)

Este declarou que **não se lembrava de** ter visto o ilustre candidato, mas acrescentou nobremente que não era impossível que ele lhe tivesse dado o nome; neste caso não houve exclusão, mas distração. (*Papéis avulsos*, 1882, § 14)

Nos casos **2a**, **3a** e **4a**, acima registrados (deixamos o caso **1a**, mais complexo, para ser discutido por último), não parece haver dúvida de que a intervenção do autor se deu em benefício do texto. No caso **2a**, a substituição da forma verbal “Trepidei” por “Hesitei” indica que o autor optou por um vocábulo que exprimia a ideia com mais exatidão: ao passo que “trepidar” significa “hesitar” apenas secundariamente, figuradamente, ou seja, por conotação, o verbo “hesitar” vai direto ao ponto – expressa muito claramente a ideia, o que casa bem com a circunstância de uma conferência sobre assunto científico (ainda que sob manto alegórico-satírico), ministrada oralmente, a determinado público.

No caso **3a**, a substituição do conectivo “e” por vírgula revela e distingue a diferença de natureza entre as duas qualificações do “saco”: por um lado, ele era “tecido com os melhores fios” – o que diz respeito ao material de que era confeccionado; por outro, era “obra sólida e espessa” – o que é uma avaliação que diz respeito não apenas ao material de que era confeccionado, mas ao resultado final completo, integral, do trabalho de confecção. Essa avaliação, portanto, não se refere apenas às qualidades materiais; por meio dela, as ideias de “solidez” e “espessura” se transmitem à própria instituição, ou seja, à república.

A quarta intervenção que entendemos ser do autor envolve um verbo – “lembrar” – que apresenta diversas regências, de que o escritor, ao longo de sua obra, tirou grande proveito, numa variedade de construções. Machado de Assis considerava legítima a incorporação na escrita, desde que feita com moderação, das criações populares, de “certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.” (ASSIS, 2013, p. 440) No caso da forma pronominal de “lembrar” (lembrar-se), sua despronominação foi um desses modos de dizer – de fato, incorporado pelos modernistas, duas ou três gerações depois da de Machado de Assis, ganhando, assim, “direito de cidade”. Sobre esse aspecto da obra machadiana, escreveu Aurélio Buarque de Holanda Ferreira:

Ao meu ver, bem pesadas as coisas, Machado, além de desossar um pouco o português de Portugal, não fez mais que introduzir nas suas páginas alguns brasileirismos, quase todos léxicos. Os raros brasileirismos sintáticos figuram sempre na boca de personagens – homens do povo, gente simples, pretos escravos que povoam as suas páginas. E grande parte dos próprios brasileirismos léxicos, empregou-os o romancista como o fizeram, e fazem, muitos outros escritores – pela necessidade elementar de fixar tipos, cenas, costumes do nosso meio. (FERREIRA, 2007, p. 5)

Certamente, o emprego do verbo lembrar sem o pronome e com a preposição “de” já era corrente na língua oral da segunda metade do século XIX. A introdução do pronome “se” na frase, em “A Sereníssima República”, parece indicar que, neste caso, o autor optou pelo registro culto da língua, muito provavelmente para dar um enquadramento formal à linguagem do cônego, e, também, ajustá-la à plateia dele. O procedimento do autor, então, se fez no sentido contrário ao descrito por Aurélio Buarque de Holanda, isto é, a forma “culto” foi introduzida em substituição à forma “popular”. Nesse caso, apesar de ser o personagem quem fala, trata-se de um personagem de alta cultura.

O primeiro dos casos registrados acima (o da substituição de “como” por “com”) difere dos outros três por deixar bastante margem à dúvida: teria resultado de uma intervenção do autor ou seria um descuido tipográfico? Por essa razão, deixamos a discussão desse caso para o final desta primeira sequência.

Ei-lo novamente:

1a

Aristóteles responderia negativamente, **como** vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. (*Gazeta de Notícias*, § 4)

Aristóteles responderia negativamente, **com** vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. (*Papéis avulsos*, 1882, § 4)

Evidentemente, o texto, na *Gazeta de Notícias*, estava corretíssimo: Aristóteles concordaria com a resposta negativa dos ouvintes (tanta novidade havia na informação que o cônego trazia!), ou seja, Aristóteles responderia, negativamente, *como* eles. Em

Papéis avulsos, o texto traz “com vós todos”, no lugar de “como vós todos” – o que não introduz erro na frase. Nessa nova forma, de interpretação um pouco mais difícil, Aristóteles como que se junta aos ouvintes, para concordar com eles – a preposição “com” pode, muito bem, expressar a ideia de concomitância. Das diversas edições que cotejamos – de “A Sereníssima República” –, conservaram a forma que vem em *Papéis avulsos* a de Adriano da Gama Kury (1989) e a de Ivan Teixeira (2005). Os demais editores – preparadores das edições W. M. Jackson (1937 e 1952), da José Aguilar (1959), Nova Aguilar (1994 e 2015) e John Gledson (1998) – adotaram o “como” que vem na *Gazeta de Notícias*, e parece mais lógico.

* * *

É relativamente comum a situação em que um “com” pode entrar no lugar de um “como”, e a frase continuar fazendo sentido. Registramos aqui dois exemplos (há outros) tomados à obra de Machado de Assis: num deles uma partícula poderia entrar no lugar da outra; no outro, não. Vejamos o primeiro caso:

Mas, tu passaste... Houve um grito
Dentro de mim. Aos meus olhos
Visão de amor infinito,
Visão de perpétuo gozo
Perpassava e me atraía,
Com um sonho voluptuoso
De sequiosa fantasia. (ASSIS, 1901, p. 35)

Esses versos, da parte II de “Versos a Corina”, foram publicados originalmente no *Correio Mercantil*, em 26 de março de 1864, e, posteriormente, em *Crisálidas* (1864). Nessas duas publicações, onde se lê, nas *Poesias completas* (1901), “**Com** um sonho voluptuoso”, lia-se “**Como** um sonho voluptuoso”. Diante dessa oscilação, fica a pergunta: a mudança teria sido feita pelo autor, ou seria resultado de um acidente tipográfico? A maioria dos editores das *Poesias completas* de Machado de Assis adotou o “como” da primeira edição em livro. A própria Comissão Machado de Assis, na edição crítica que preparou dessa obra, que tinha na edição das *Poesias completas* de 1901 o seu texto-base, empregou “Como” – sem registrar em rodapé a variante do texto-base. Fica entendida, então, a presunção de erro óbvio. O que nos chama a atenção é o seguinte: a construção com a preposição “com” também faz sentido.

Outro exemplo vem do “Epílogo” da peça *Os deuses de casaca*:

Boa noite. Sou eu, o Epílogo. Mudei
O nome. Abri a peça, a peça fecharei.
O autor, arrependido, oculto, envergonhado,
Manda pedir desculpa ao público ilustrado;
E jura, se cair desta vez, nunca mais
Meter-se em lutas vãs de numes e mortais.
Pede ainda o poeta um reparo. O poeta
Não comunga por si na palavra indiscreta
De Marte ou de Proteu, de Apolo ou de Cupido.
Cada qual fala aqui **como** um deus demitido;
É natural da inveja; e a ideia do autor
Não pode conformar-se a tão fundo rancor. (ASSIS, 2003, p. 420-421)

Publicada pela primeira vez em 1866, a peça *Os deuses de casaca* não teve outras edições em vida do autor. Nessa primeira edição, o “como” que destacamos na passagem transcrita acima, vem grafado “com” – versão que não pareceu fazer sentido a nenhum dos editores posteriores dessa comédia. Desde que ela foi reproduzida por Mário de Alencar no volume *Teatro*, em 1910, “como” entrou no lugar de “com”. Trata-se, neste caso, de um erro tipográfico.

No caso de “A Sereníssima República”, ocorreu algo semelhante, isto é, a substituição de “como” por “com”. Em nossa edição, conforme explicamos acima, respeitamos o texto-base, ou seja, a primeira edição do texto em livro (*Papéis avulsos*).

III

Além das formas linguísticas que, com toda verossimilhança, foram introduzidas no texto pelo próprio autor (em substituição a outras), há em *Papéis avulsos* erros que seguramente foram produzidos na tipografia. Há, também, casos em que pode haver dúvida sobre a origem da intervenção no texto. Examinaremos, em primeiro lugar, os casos de erros (seguramente) tipográficos:

1b

Vinte vezes desanimei; mas o amor da ciência dava-me forças para arremeter a um trabalho, que hoje declaro, não chegaria a **ser** feito duas vezes na vida do mesmo homem. (*Gazeta de Notícias*, e também em nossa edição, e nas demais, § 6)

Vinte vezes desanimei; mas o amor da ciência dava-me forças para arremeter a um trabalho, que hoje declaro, não chegaria a **sar** feito duas vezes na vida do mesmo homem. (*Papéis avulsos*, 1882, § 6)

2b

Uma delas, como já disse, é a perseverança, uma longa paciência de Penélope, segundo **vou** mostrar-vos. (*Gazeta de Notícias*, e também em nossa edição, e nas demais, § 12)

Uma delas, como já disse, é a perseverança, uma longa paciência de Penélope, segundo **von** mostrar-vos. (*Papéis avulsos*, 1882, § 12)

Os dois erros presentes na primeira edição de *Papéis avulsos* resultaram, evidentemente, de descuidos tipográficos que escaparam ao revisor (possivelmente o próprio autor). O livro foi publicado pela livraria Lombaerts em 1882, encontrando-se à venda no início de novembro daquele ano. Quanto ao texto de “A Sereníssima República”, que saiu na *Gazeta de Notícias* em 20 de agosto de 1882, não sabemos sob que forma foi ele enviado à tipografia, para a impressão do livro: teria sido enviado o manuscrito? ou teria sido o texto publicado da *Gazeta*? Do mesmo modo, não temos notícia da revisão: se ficou a cargo do autor ou de um revisor da própria editora. O fato é que, pelos erros acima apontados, podemos concluir que houve falhas na revisão.

Sabemos que Machado de Assis publicou pela mesma livraria, no periódico quinzenal *A Estação*, muitas de suas *Histórias sem data*. Esse livro foi aí impresso para a editora B. L. Garnier, em 1884. Do mesmo modo, o romance *Quincas Borba*, em folhetins, apareceu nas páginas de *A Estação*, entre 15 de junho de 1886 e 15 de setembro de 1891. Sobre a impressão do livro, Laurence Hallewell informa: “Pelo menos *Quincas Borba* foi produzido sob a atenta supervisão do autor, cujo profundo conhecimento tipográfico fora adquirido em seus dias de aprendiz na Typographia Nacional.” (HALLEWELL, 1985, p. 157-158) Teria esse empenho do autor como revisor resultado de “erros” por ele detectados em *Papéis avulsos*, obra impressa nove anos antes? Havia também erros relativamente abundantes nas *Histórias sem data*, impressas em 1884. (Cf. ASSIS, 1975) A primeira edição desse livro, abaixo do “índice”, que vem nas páginas preliminares, entre a página de rosto e a página que traz a “Advertência”, trazia uma errata que dizia: “Escaparam alguns erros tipográficos fáceis de emendar; entre outros, estes: [seguem-se quatro erros seguidos por ‘etc.’].” (ASSIS, 1884, p. V)

Restam duas passagens de “A Sereníssima República” que nos fazem suspeitar de erro tipográfico (omissão em ambos os casos). Passemos a eles.

IV

É conhecida a máxima que diz *errare typographicum est*; os dois erros, **1b** e **2b**, acima apontados são bastante típicos – não deixam dúvida de que aconteceram por acaso. Se nenhuma tipografia está livre da possibilidade de cometer erros, não seria da Lombaerts que exigiríamos perfeição. Nem o “a” no lugar de “e” – “sar” no lugar de “ser” –, nem o “n” no lugar de “u” – “von” no lugar de “vou” foram registrados na errata do livro, que afirma: “Alguns erros escaparam que a inteligência do leitor terá corrigido. Citam-se somente estes: [seguem-se quatro erros; nenhum deles em ‘A Sereníssima República’].” (ASSIS, 1882, p. 303 – não numerada) Esses erros que “a inteligência do leitor” imediatamente reconhece e corrige talvez fossem mesmo dispensáveis numa errata, embora em outra obra (*Poesias completas*, 1901) o autor tenha feito constar da errata coisas como esta: “Página 39. *tens* em vez de *teus*.” (ASSIS, 1901, errata)

Acrescente-se a essas considerações a observação de que as erratas das obras machadianas publicadas enquanto vivia o autor são notoriamente incompletas – muitas vezes registravam erros óbvios (“teus” no lugar de “tens”, como no exemplo citado), mas deixavam sem registro erros importantes.

As duas variantes, **1c** e **2c**, que registramos a seguir, das quais uma (**2c**) jamais foi objeto de reparo por parte dos editores dos textos (que cotejamos) de Machado de Assis, parecem-nos, antes, erros tipográficos (omissões) do que “aprimoramentos” feitos pelo autor. Eis as passagens a que nos referimos:

1c

Mas, suposta a demonstração, aí fica a última prova, **evidente e clara**, da minha afirmação primeira pela anexação da sílaba *ca* às duas *Cane*, dando este nome Caneca. (*Gazeta de Notícias*, e também em nossa edição, § 19)

Mas, suposta a demonstração, aí fica a última prova, **evidente clara**, da minha afirmação primeira pela anexação da sílaba *ca* às duas *Cane*, dando este nome Caneca. (*Papéis avulsos*, 1882, § 19)

Mas, suposta a demonstração, aí fica a última prova, **evidente, clara**, da minha afirmação primeira pela anexação da sílaba *ca* às duas *Cane*, dando este nome Caneca. (Todas as outras edições cotejadas de *Papéis avulsos*, § 19)

2c

Daí a mudança para a forma cilíndrica; mais tarde deu-se-lhe o aspecto de uma ampulheta, cujo inconveniente se reconheceu ser **igual ao do triângulo**, e então adoptou-se a forma de um crescente, etc. (*Gazeta de Notícias*, e também em nossa edição, § 20)

Daí a mudança para a forma cilíndrica; mais tarde deu-se-lhe o aspecto de uma ampulheta, cujo inconveniente se reconheceu ser **igual ao triângulo**, e então adoptou-se a forma de um crescente, etc. (*Papéis avulsos*, 1882, e em todas as outras edições cotejadas dessa obra, § 20)

No parágrafo 19 (trecho **1c**) de “A Sereníssima República”, aparecem dois adjetivos justapostos, sem qualquer pontuação ou conjunção que os coordene: “evidente clara”. No esforço para compreender a ocorrência como possível construção do autor, chegamos a pensar na possibilidade de o primeiro adjetivo – “evidente” – exercer função adverbial em relação ao segundo – “clara” –; o resultado seria o equivalente a “evidentemente clara”. Tal construção, embora possível, soa deselegante (dificilmente aceitável) – tanto que os editores posteriores dessa obra de Machado de Assis (os que cotejamos), sem exceção, introduziram uma vírgula entre os dois adjetivos.

Quando examinamos o texto na *Gazeta de Notícias*, o que encontramos no lugar da vírgula é a conjunção aditiva “e” – o que resulta na caracterização cabal da prova pressuposta na demonstração do aracnídeo filólogo (ver o contexto no texto completo). Quando os adjetivos vêm separados por vírgula, eles funcionam como uma enumeração, que poderia receber acréscimos, ao passo que a conjunção “e” tende a não admiti-los.

Que houve alguma omissão tipográfica na edição Lombaerts (1882) não pode haver dúvida. Diante disso, como articular os dois adjetivos? Optamos, em nossa edição do texto, pela restauração da conjunção “e”, que estava presente na primeira publicação (na *Gazeta Notícias*). Entendemos que na tipografia a omissão foi da conjunção, e não da vírgula.

Resta-nos justificar a restauração a que procedemos na segunda passagem (**2c**): “Daí a mudança para a forma cilíndrica; mais tarde deu-se-lhe o aspecto de uma ampulheta, cujo **inconveniente** se reconheceu ser **igual ao triângulo**, e então adoptou-se a forma de um crescente, etc.” Nenhuma das edições confrontadas com o texto-base, no processo editorial de “A Sereníssima República”, fez qualquer reparo a essa passagem – nem nota, com comentário, nem correção. A nós, pareceu-nos um

despropósito afirmar que o “**inconveniente** [da ampulheta] se reconheceu ser **igual ao triângulo**”. Que a ampulheta tenha alguma semelhança com a forma triangular é certo. Entretanto, o “inconveniente” (ou a inconveniência) ser igual ao “triângulo” é algo inteiramente distinto. A forma da expressão pareceu-nos um tanto inexata, e o exame do texto em sua primeira publicação nos convenceu de que houve aí outra omissão, a da preposição “de” (que estava presente na *Gazeta*).

O resultado foi a restauração daquela que julgamos ser a forma correta do texto: “Daí a mudança para a forma cilíndrica; mais tarde deu-se-lhe o aspecto de uma ampulheta, cujo **inconveniente** se reconheceu ser **igual ao do triângulo**, e então adoptou-se a forma de um crescente, etc.” Com a nova forma, o “inconveniente” da ampulheta foi reconhecido como igual ao “inconveniente” do triângulo. Assim, restaurada, a expressão nos parece exata; a lição reconstituída não é conjectura nossa – não pretendemos “corrigir” o autor. Ela (a lição) já estava presente na primeira publicação do texto.

* * *

Uma outra passagem em que a lógica do texto nos pareceu falha, mas que não ousamos alterar, foi a seguinte: “Para uns, a linha recta exprime os bons sentimentos, a justiça, a probidade, a inteireza, a constância, etc., ao passo que os sentimentos ruins ou inferiores, **como** a bajulação, a fraude, a deslealdade, a perfídia, são perfeitamente curvos.” (§ 15) Esse “como” não nos parece fazer sentido, pois “a bajulação, a fraude, a deslealdade, a perfídia” não são “sentimentos”. Na estrutura do período, é nítido o paralelismo entre as duas enumerações: aquilo que se associa à linha reta – “os bons sentimentos, a justiça, a probidade, a inteireza, a constância”; e aquilo que se associa às linhas curvas – “os sentimentos ruins ou inferiores, a bajulação, a fraude, a deslealdade, a perfídia”. O paralelismo seguramente foi intencional; a primeira sequência, composta de quatro elementos é a matriz da correlação; a segunda, igualmente composta por quatro elementos, seria perfeitamente paralela à primeira (não fosse o como!).

Teria o autor cochilado? Nenhum dos editores da obra *Papéis avulsos*, até hoje, discutiu a questão desse possível erro (tipográfico? do autor?), que discutimos aqui. Como todos os editores anteriores a nós, optamos por não corrigir o texto; não sabemos que reação teria o autor se lhe apontássemos a impropriedade que julgamos haver na passagem. Em nosso entendimento, corrigi-la corresponderia a elidir um aspecto que

ajuda a compor a dimensão humana do escritor. Seria como polir uma pequena saliência deixada numa estátua recém-saída das mãos de um escultor...

V

O confronto do texto-base de “A Sereníssima República” com o texto da primeira publicação na *Gazeta de Notícias* nos revelou algumas variantes textuais que resultaram da intervenção do autor para o aprimoramento do texto; entretanto, deixou-nos em dúvida quanto a outras. A discussão dessas questões (as primeiras) diz respeito à crítica genética – elas (as questões) importam na medida de nosso interesse pelos processos criativos do escritor.

O texto em si importa à apreciação da qualidade do artista.

O confronto do texto-base com suas sucessivas edições, após a morte do autor, nos põe diante de questões muito distintas das anteriores, que dizem respeito ao destino histórico do texto – o que fizeram com ele? Nessa perspectiva, aprendemos algo sobre nós mesmos e nosso patrimônio cultural, sobre como a cultura brasileira cuidou de si mesma.

A proposta da *Machadiana Eletrônica*, de editar e reeditar textos de Machado de Assis, significa uma retomada da obra do autor com um novo interesse: o de torná-la, na medida do possível, nossa contemporânea, sem deixar de ser de seu tempo. Tentamos neste periódico algo parecido com o que Machado de Assis realizou em *Papéis avulsos*, onde escreveu: “Este título de *Papéis avulsos* parece negar ao livro uma certa unidade; faz crer que o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder. *A verdade é essa, sem ser bem essa.*” (ASSIS, 2005, p. 3, grifo nosso) De modo semelhante, aproveitando-lhe a ideia do paradoxo, queremos o autor no nosso tempo sem sair de seu próprio tempo. Queremos atualizá-lo, sem modernizá-lo. Nós o queremos perfeito, artista puro e máximo (que é o que ele era).

Embora realizadas com metodologia aprendida em lições filológicas, as edições publicadas neste periódico não são propriamente críticas. Trazem aparato com registros de variantes e notas diversas, é certo, mas não são edições críticas (no rigor da expressão).

Muitas das edições que até agora têm aparecido na *Machadiana Eletrônica* (embora o periódico esteja aberto a outras concepções ecdóticas) distinguem-se de uma

edição crítica, principalmente, em dois aspectos: elas não preservam rigorosamente a língua do tempo do autor – as atualizações ortográficas muitas vezes introduzem nos textos pequenas variações de pronúncia, como o timbre de certas vogais, assim como a não pronúncia de certas consoantes em encontros consonantais; e elas registram variantes de textos de edições feitas após a morte do autor, procurando documentar o destino e a história dos textos – ao passo que uma edição crítica tem por fim a restituição do texto à sua forma genuína, que seria equivalente à última vontade do autor, ainda que idealmente pensada – e com a preservação integral da língua no estado em foi de fato utilizada pelo escritor.

No tocante à atualização ortográfica, parte das edições publicadas na *Machadiana* preserva certas formas gráficas que, embora não coincidam mais com a pronúncia contemporânea (pelo menos no Brasil), ainda estão registradas no *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* e em dicionários contemporâneos – é o caso de algumas consoantes hoje mudas (como as que ocorrem em “subtileza”, “recto”, etc.) e de certas vogais e ditongos (como em “regímen”, “cousa”, “dous”, “douda”, etc.). A atualização dessas ortografias é aceitável; no caso de Machado de Assis, entretanto, é aconselhável a sua conservação, pois é bem conhecido o gosto do autor por arcaísmos e formas antigas da língua portuguesa – acervo que guarda “mil riquezas que, à força de velhas, se fazem novas”, conforme ele escreveu, como que justificando o apreço que tinha por essas formas. (ASSIS, 2013, p. 441) Além disso, o estranhamento decorrente desses usos funciona como provocador do distanciamento necessário à apreciação estética do texto.

O cotejo com edições posteriores à morte do autor, diferentemente dos confrontos entre as edições feitas em vida, tem importância bem outra. Se, por um lado, há nessas edições descuidos e tentativas de correção dos textos (especialmente no que diz respeito à pontuação), por outro, há acertos, há correções necessárias – as tipografias do século XIX estavam longe de ter a qualidade desejável para a publicação de obras de arte verbais. Quanto à pontuação, alguns poucos estudos já realizados, assim como a atenção aos hábitos do escritor que os trabalhos editoriais propiciam, já nos convenceram de que a preservação de sua pontuação é o procedimento mais recomendável, para não coarctar-lhe os ímpetus expressivos.

No caso de textos poéticos, muitas vezes, por razões de rima ou de métrica, formas vocabulares antigas ou “exóticas” são mantidas nos textos; nesses casos, porém, os fatos são assinalados e comentados em notas de rodapé. Entre o que chamamos aqui de formas vocabulares “exóticas” estão palavras estrangeiras empregadas como se pertencessem à língua portuguesa; é o caso, por exemplo, de “minarets” – em português atual “minaretes” –, vocábulo que, não existindo dicionarizado nos léxicos da língua portuguesa naquele tempo, foi tomado pelo poeta ao francês, no poema “Alpujarra”, publicado em *Crisálidas*, 1864.

As edições que a *Machadiana Eletrônica* vem publicando, portanto, procuram atender à exigência de que elas se prestem a ser usadas para “observar, no interior de uma obra, correlações de formas, de imagens, de fatos estilísticos, etc...” (STAROBINSKI, 1995, p. 138) É certo, porém, que, por não preservar a língua portuguesa no registro histórico estrito do tempo em que o autor escreveu suas obras, esses textos não permitem análises precisas nos campos da fonética, da fonologia, da linguística histórica ou da história da língua. Diríamos, por mais paradoxal que pareça, que as edições se destinam mais aos estudos literários do que aos estudos linguísticos.

A NEW EDITION OF “A SERENÍSSIMA REPÚBLICA”

Abstract: This paper deals with certain points in the editorial process of “A Sereníssima República”, a text published by Machado de Assis in *Papéis avulsos*, in 1882. A brief history of the text and the procedure for choosing the main text to edit were presented. Then, the variants found in the comparison between this main text and the texts from other editions were divided into three categories: those attributed to the author himself, most likely with the intention of improving the text; those defined by typographical errors; and, finally, a case of correction of the text by those who edited it after the death of the author (a correction for which we present a solution divergent from the tradition) and a case of difficult interpretation, which contains two alternative solutions – case that was discussed and for which we justify the adopted solution.

Keywords: Textual criticism, Machado de Assis, A Sereníssima República.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Crisálidas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.
- ASSIS, Machado de. *Teatro*. Coligido por Mário de Alencar. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.
- ASSIS, Machado de. A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas). *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 231, p. 1, 20 ago. 1882.
- ASSIS, Machado de. A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas). In: *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882. p. 225-239.
- ASSIS, Machado de. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1884.
- ASSIS, Machado de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- ASSIS, Machado de. *Histórias sem data*. Nova edição revista. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1909.
- ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1920.
- ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.
- ASSIS, Machado de. *História sem data*. Edição crítica pela Comissão Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- ASSIS, Machado de. A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas). In: *Contos: uma antologia*. Seleção, introdução e notas: John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 1, p. 391-400.
- ASSIS, Machado de. *Teatro de Machado de Assis*. Edição preparada por João Roberto Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ASSIS, Machado de. A Sereníssima República (conferência do cônego Vargas). In: *Papéis avulsos*. Prefácio de John Gledson; notas de Hélio Guimarães. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira: *Instinto de nacionalidade*. In: *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. Org. Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek, Daniela Mantarro Callipo. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 429-441.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. São Paulo: Nova Aguilar, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008.

SOUSA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: O texto e o seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. Dir. *História: novas abordagens*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 132-143.